

Dívida da Região Autónoma dos Açores sobe para 3.797,8 milhões de euros de euros em 2025

Foto@INE

A dívida da Administração Regional dos Açores atingiu 3.797,8 milhões de euros em 2025, um aumento significativo face aos 3.394,4 milhões de euros registados em 2024, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no âmbito da primeira notificação de 2026 do Procedimento dos Défices Excessivos enviada ao Eurostat.

De acordo com o relatório, o saldo orçamental da administração regional açoriana deteriorou-se no último ano, passando de -247,4 milhões de euros em 2024 para -299,9 milhões de euros em 2025, o que representa um agravamento de 52,5 milhões de euros no défice regional.

Os dados revelam assim que os Açores continuaram a apresentar necessidade líquida de financiamento, ao contrário do que sucedeu com a Região Autónoma da Madeira, que manteve capacidade líquida de financiamento em 2025, com um saldo positivo de 162,4 milhões de euros.

No conjunto das administrações regionais e locais portuguesas, o saldo agregado passou de 255,9 milhões de euros positivos em 2024 para 629,7 milhões em 2025, evolução que foi sustentada sobretudo pela melhoria do saldo da administração local, enquanto a situação financeira da administração regional dos Açores continuou a registar valores negativos.

No que respeita à dívida pública regional, os números do INE indicam que a divi-

da da Região Autónoma dos Açores cresceu cerca de 403 milhões de euros num ano, consolidando-se como a segunda maior entre as regiões autónomas portuguesas. No mesmo período, a dívida da Madeira diminuiu, passando de 4.924,8 milhões de euros em 2024 para 4.832,1 milhões em 2025.

O relatório esclarece ainda que, no cálculo da dívida pública regional no âmbito das contas nacionais, não é considerada a dívida comercial nem a dívida de empresas públicas que não integrem o sector das administrações públicas, seguindo as regras definidas pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).

Paralelamente, o documento refere que as transferências da Administração Central para a Região Autónoma dos Açores atingiram 319,3 milhões de euros em 2025, acima dos 315,1 milhões de euros registados em 2024, evidenciando um aumento do apoio financeiro do Estado ao arquipélago.

Governo diz que dados do INE confirmam execução orçamental de 2025

O Governo dos Açores reagiu aos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sustentando que a informação agora publicada confirma a execução do Orçamento da Região para 2025 que já havia sido apresentada no final de janeiro

	2022	2023	2024	2025
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento				
- Administração Regional e Local	- 90,5	- 243,0	255,9	629,7
Administração Regional da Madeira	- 145,6	19,9	169,5	162,4
Administração Regional dos Açores	- 403,4	- 132,4	- 247,4	- 299,9
Administração Local	458,5	- 130,4	333,8	767,2
Dívida Bruta				
- Administração Regional e Local	11 216,3	11 328,8	11 412,2	11 834,4
Administração Regional da Madeira	5 031,0	5 002,3	4 924,8	4 832,1
Administração Regional dos Açores	3 063,5	3 203,6	3 394,4	3 797,8
Administração Local	3 121,8	3 122,9	3 093,0	3 204,6

pela Secretaria Regional das Finanças, do Planeamento e da Administração Pública.

Em comunicado, a tutela regional sublinha que esta confirmação inclui também as operações relacionadas com o grupo SATA e com o sector da saúde, avaliadas na ótica das contas nacionais. Segundo o executivo açoriano, os números agora conhecidos validam a leitura anteriormente feita pelo Governo Regional sobre a evolução das contas públicas no ano passado.

No que respeita à dívida líquida, o Governo dos Açores refere que foram utilizados 70 milhões de euros, abaixo dos 75 milhões de euros que estavam previstos no Orçamento Regional para esse efeito.

Já quanto à dívida bruta, o executivo explica o aumento registado com três factores principais. Por um lado, aponta os empréstimos contraídos por empresas do grupo SATA, designadamente por entidades que beneficiam da garantia pessoal da Região Autónoma dos Açores, nos termos previstos no Orçamento Regional para 2025.

Por outro, o Governo Regional assinala o impacto da operação destinada à regularização de pagamentos em atraso no sector da saúde, no montante de 150 milhões de euros, uma medida que, segundo a mesma nota, foi autorizada quer pelo Orçamento Regional quer pelo Orçamento do Estado.

Universidade dos Açores e NOVA School of Law estabelecem Protocolo de Cooperação na área da formação jurídica

A Universidade dos Açores (UAç), através da Faculdade de Economia e Gestão, e a NOVA School of Law da Universidade Nova de Lisboa, assinaram um Protocolo de Cooperação que estabelece as bases para o desenvolvimento conjunto de pós-graduações, cursos breves e conferências na área do Direito.

O protocolo promove uma colaboração estratégica entre as duas instituições, com o objetivo de reforçar a oferta formativa jurídica nos Açores e

aproximar o ensino superior da realidade regional. A UAç, enquanto pilar da autonomia e do desenvolvimento económico e social do arquipélago, vê nesta parceria uma oportunidade para ampliar a qualificação dos seus estudantes e da comunidade. Já a NOVA School of Law surge como parceiro académico de excelência, reconhecido pela investigação e inovação no ensino do Direito.

Esta nova parceria surge num contexto de consolidação e expansão da

formação jurídica na Universidade dos Açores. Atualmente, encontra-se em vigor um protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ao abrigo do qual já foram ministradas na Faculdade de Economia e Gestão, com assinalável sucesso, várias pós-graduações em Direito, designadamente em Direito do Trabalho, em Ciências Jurídico-Forenses e em Direito Económico e Financeiro Regional. Estas iniciativas têm contribuído, de forma significativa para

a qualificação de profissionais e para o reforço da capacidade técnica instalada na Região.

Com o estabelecimento do novo protocolo com a NOVA School of Law, a Faculdade de Economia e Gestão pretende dinamizar gradualmente a área científica do Direito, ampliando a diversidade da oferta formativa, promovendo a especialização em áreas emergentes e reforçando a ligação entre a academia, as instituições públicas e o tecido empresarial regional.

Mercado imobiliário dos Açores mantém tendência de valorização, com arrendamento a mostrar sinais de volatilidade

O preço da habitação nos Açores continua a evidenciar forte dinâmica num contexto de ajustamento do mercado imobiliário nacional, com particular destaque para a evolução em São Miguel e na Terceira. De acordo com o Barómetro Geral de março de 2026 do portal Imovirtual, o valor médio de venda em São Miguel subiu para 399.000 euros, enquanto a Ilha Terceira registou uma valorização de 70,6%, fixando-se nos 290.000 euros, uma das maiores subidas em todo o país, ainda que num mercado de menor esca-

la. Estes movimentos reforçam a pressão sobre os principais centros urbanos açorianos, como Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, que concentram grande parte da procura residencial e de investimento na região.

No arrendamento, o mercado açoriano apresenta sinais de maior volatilidade. Nas Ilhas, o valor médio das rendas fixou-se nos 850 euros, o que representa uma descida de 10,5% face ao mês anterior e também em termos homólogos, sendo a única região do país a registar quebra

tanto mensal como anual. Ainda assim, o comportamento dentro do arquipélago não é homogêneo. Na Madeira, o valor médio mantém-se nos 1.650 euros, posicionando a região entre os mercados mais caros do país para arrendar casa, enquanto em São Miguel o arrendamento sobe para 1.100 euros, traduzindo uma variação anual de 18,9%. Já na Ilha Terceira o valor médio desce para 700 euros, com uma quebra anual de 30%, espelhando maior volatilidade e um mercado menos consolidado.

Estes dados açorianos inserem-se num quadro nacional em fase de ajustamento. Em março, o preço médio de venda em Portugal estabilizou nos 440.000 euros, mantendo o valor de Fevereiro e traduzindo um aumento de 10% face a Março de 2025, quando se situava nos 400.000 euros. No arrendamento, após o pico de Fevereiro, o valor médio desceu de 1.500 para 1.350 euros, embora ainda acima dos 1.250 euros registados há um ano, o que corresponde a um crescimento anual de 8%.